



PARECER Nº 2587/25

DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO, DA 3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, PLANEJAMENTO E ECONOMIA E DA 7ª COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO, REL. DO TRABALHO, ASS. MUN. E DEFESA DO CONS. E CONTRIB.

Processo nº - 2936/25

Relator: *Babi Gonçalves*

I – RELATÓRIO

Vem a exame destas Comissões Permanentes, reunidas conjuntamente na forma regimental, o Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Alagoas, Paulo Suruagy do Amaral Dantas, encaminhado através da Mensagem datada de 1º de dezembro de 2025.

A proposição objetiva restaurar a vigência e os efeitos da Lei Estadual nº 8.235/2020, que instituiu o Fundo de Equilíbrio Fiscal do Estado de Alagoas (FEFAL). Segundo a justificativa governamental, o Fundo é instrumento vital para a manutenção do equilíbrio das contas públicas.

No mérito, o projeto altera o art. 5º da referida Lei para incluir novos setores na obrigatoriedade de depósito de 10% (dez por cento) do valor do incentivo fiscal usufruído em favor do FEFAL. Os novos contribuintes abrangidos são:

1. Atacadistas de medicamentos, drogas e produtos correlatos (Decreto nº 72.101/2020);
2. Comércio atacadista de peças e acessórios para motocicletas e motonetas (Decreto nº 99.605/2024).

A matéria prevê sua entrada em vigor para 1º de janeiro de 2026.

É o relatório.

II – ANÁLISE E VOTO DO RELATOR

Designado para relatar a matéria no âmbito das Comissões reunidas, passo à análise sob a ótica das competências de cada colegiado.

1. No âmbito da 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR)

A análise da constitucionalidade revela que a proposição é hígida.



Competência: O Estado possui competência concorrente para legislar sobre direito tributário e financeiro (art. 24, I e II, CF/88).

Iniciativa: O projeto versa sobre matéria tributária e orçamentária, cuja iniciativa é privativa do Chefe do Poder Executivo, conforme art. 86, § 1º, II, "b", da Constituição Estadual.

Legalidade: A exigência de depósito em fundo de equilíbrio fiscal como condição para fruição de incentivo não constitui novo tributo, mas condição resolutiva de benefício, amparada pelo Convênio ICMS 42/2016 do CONFAZ.

Vigência: O Art. 3º respeita os princípios da anterioridade anual, fixando a eficácia para 01/01/2026.

2. No âmbito da 3ª Comissão de Orçamento, Finanças, Planejamento e Economia (COFPE)

Sob o prisma financeiro e orçamentário, a medida é extremamente salutar.

Receita: O projeto não cria despesas. Pelo contrário, visa incrementar a arrecadação estadual ao ampliar a base de contribuição para o FEFAL, captando recursos de setores que gozam de benefícios fiscais (atacadistas de medicamentos e peças de motos).

Responsabilidade Fiscal: A proposição alinha-se à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), agindo como mecanismo de compensação e sustentabilidade financeira, essencial para que o Estado mantenha sua capacidade de investimento e custeio da máquina pública.

3. No âmbito da 7ª Comissão de Administração, Relação do Trabalho, Assuntos Municipais e Defesa do Consumidor e Contribuinte (CART)

Quanto ao mérito administrativo e social:

Isonomia: A medida promove justiça fiscal e equidade concorrencial. Ao incluir os beneficiários dos Decretos nº 72.101/2020 e nº 99.605/2024 no rol de contribuintes do FEFAL, a Administração Pública corrige distorções, garantindo que todos os setores incentivados contribuam proporcionalmente para o equilíbrio do Estado.

Interesse Público: A restauração do FEFAL fortalece a Administração Pública Estadual, permitindo a continuidade de políticas públicas essenciais que dependem da saúde financeira do erário. Não se vislumbra prejuízo direto às relações de consumo ou de trabalho, visto que se trata de ajuste fiscal sobre margem de incentivo.



III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a constitucionalidade da matéria, seu impacto orçamentário positivo e o mérito administrativo favorável ao interesse público, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental (Protocolo nº 2936/2025), nos termos em que foi apresentado.

É o parecer.

**SALA DAS COMISSÕES DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, 9 de dezembro de 2025.**

PRESIDENTE

RELATOR